



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça

ATO PGJ N.º 139/2012

**REGULAMENTA O ART. 279,
I, "c" DA LEI
COMPLEMENTAR N.º 11/93 E
SUAS ALTERAÇÕES.**

**O PROCURADOR-GERAL DE
JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas
atribuições legais, e

CONSIDERANDO que o membro do
Ministério Público tem direito constitucionalmente assegurado
à fruição de férias;

CONSIDERANDO a histórica deficiência
numérica de quadros do Ministério Público, que inviabilizou,
durante anos, a concessão de férias a todos os membros da
Instituição por absoluta necessidade do serviço;

CONSIDERANDO o disposto no art.
303, parágrafo único da Lei Complementar n.º 011/93;

CONSIDERANDO a necessidade de
regulamentar o disposto no art. 279, I, "c" da Lei
Complementar n.º 011/93, com a redação dada pelas Leis
Complementares n.º 049/2006 e 054/2007;

CONSIDERANDO que o pagamento da
indenização de férias não gozadas possui caráter indenizatório,
visando à compensação pelo não exercício de um direito, em
atenção à supremacia do interesse público e aos princípios da
eficiência e da continuidade do serviço público;

CONSIDERANDO a vedação do
enriquecimento sem causa;

CONSIDERANDO que o pagamento das
indenizações de férias não gozadas deve sempre se submeter à
disponibilidade orçamentária e financeira;

CONSIDERANDO, por fim, que tal
pagamento deve ser realizado com estreita observância aos
princípios da Administração Pública, notadamente o da



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça

impessoalidade e o da razoabilidade;

RESOLVE:

Art. 1.º - As férias anuais adquiridas e não gozadas até 31.12.2011, por imperiosa necessidade de serviço, poderão ser convertidas em pecúnia, até o limite correspondente a doze etapas, desde que extrapolado o limite constitucional 02 (dois) períodos aquisitivos para a sua concessão.

Art. 2.º - O pagamento da indenização pelos períodos de férias não gozadas de que trata este Ato deverá ser requerido ao Procurador-Geral de Justiça, que deferirá ou não o pedido, sempre fundamentadamente, após a prévia e necessária avaliação do direito, da disponibilidade orçamentária e financeira, e possibilidade de efetivo gozo das férias vencidas.

§ 1.º - O requerimento da indenização deverá ser formulado no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste Ato.

§ 2.º - As férias vencidas e não gozadas, cuja indenização não for requerida no prazo especificado, deverão ser usufruídas integralmente, conforme escala a ser elaborada pela Secretaria-Geral do Ministério Público, observado, sempre, o limite constitucional de acumulação de dois períodos de gozo.

Art. 3.º - A conversão das férias em pecúnia, quando deferida, será realizada com estreita observância da ordem cronológica de aquisição do benefício pelos membros deste Ministério Público.

§ 1.º - O pagamento da indenização poderá ser fracionado, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do Ministério Público do Amazonas, oportunidade e conveniência da Administração.

§ 2.º - Eventuais impugnações aos valores apresentados serão separadamente submetidas à análise de Comissão Especial constituída para esse fim.

Art. 4.º - Havendo conveniência, a Administração poderá conceder de ofício as férias vencidas e não requeridas.

§ 1.º - As etapas remanescentes que



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça

excederem ao limite indenizatório mencionado no art. 1.º poderão ser concedidas de ofício pelo Procurador-Geral de Justiça, facultando-se ao titular do direito ao seu gozo, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação deste ato, a indicação das datas de sua preferência para o gozo.

§ 2.º - Na hipótese de não indicação de datas preferenciais, a fruição será determinada pelo Procurador-Geral de acordo com escala própria, na qual se tomará por base, preferencialmente, a data de posse do membro, salvo interesse maior da Administração.

§ 3.º - A indicação das datas preferenciais não obriga a concessão nos períodos solicitados, devendo o Procurador-Geral, sempre fundamentadamente, e quando tal circunstância ocorrer, indicar os motivos pelos quais a concessão se dará em data diferente.

Art. 5.º - As férias vencidas após a vigência deste Ato deverão ser gozadas na conformidade do Ato específico, e de acordo com escala, somente sendo admissível sua acumulação por absoluta necessidade de serviço, devidamente fundamentada.

Art. 6.º - Os casos omissos serão decididos pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 7.º - As despesas com a execução do presente Ato correrão à conta da rubrica orçamentária correspondente.

Art. 8.º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 06 de junho de 2012.

FRANCISCO DAS CHAGAS SANTIAGO DA CRUZ
Procurador-Geral de Justiça